



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✕ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✕ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✕ Questões gabaritadas
- ✕ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



ITAPETININGA-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA
SÃO PAULO

Professor de
Educação Básica

CONCURSO PÚBLICO Nº001/2025

CÓD: SL-155ST-25
7908433283270

Língua Portuguesa

1. Análise e interpretação de texto (compreensão geral do texto; ponto de vista ou ideia central defendida pelo autor)	9
2. Argumentação	10
3. Elementos de coesão	11
4. Inferências	12
5. Estrutura e organização do texto e dos parágrafos.....	13
6. Tipologia e gêneros textuais	14
7. Figuras de linguagem	17
8. Emprego dos pronomes demonstrativos; colocação pronominal.....	19
9. Sintaxe da oração (período simples; termos fundamentais e acessórios da oração; tipos de predicado) e do período (período composto por coordenação e por subordinação); relações semânticas estabelecidas entre orações, períodos ou parágrafos (oposição/contraste, conclusão, concessão, causalidade, adição, alternância etc.).....	20
10. Relações de sinonímia e de antonímia.....	23
11. Funções do “que” e do “se”	24
12. Emprego do acento grave	25
13. Emprego dos sinais de pontuação e suas funções no texto.....	29
14. Ortografia.....	31
15. Concordâncias verbal e nominal.....	33
16. Regências verbal e nominal	35
17. Emprego de tempos e modos verbais; formação de tempos compostos dos verbos.....	37

Matemática e Raciocínio Lógico

1. Conjuntos numéricos (números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais e complexos). operações, propriedades e aplicações (soma, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação)	45
2. Razão e proporção: grandezas diretamente e inversamente proporcionais.....	56
3. Regra de três simples e composta	57
4. Sistema monetário brasileiro	59
5. Porcentagem.....	61
6. Juros simples e compostos	63
7. Equações e inequações.....	64
8. Sequências. progressões aritméticas e geométricas	68
9. Análise combinatória. arranjos e permutações. princípios de contagem e probabilidade.....	71
10. Resolução de situações problemas	75
11. Sistemas de medidas	79
12. Cálculo de áreas e volumes.....	83
13. Compreensão de estruturas lógicas.....	88
14. Lógica de argumentação (analogias, inferências, deduções e conclusões)	93
15. Diagramas lógicos	96

Informática

1. Conceitos básicos de informática: hardware e software: diferenças e exemplos. componentes do computador (cpu, memória, hd, ssd, placa-mãe, etc.). dispositivos de entrada e saída (teclado, mouse, monitor, impressora, etc.).....	103
2. Sistemas operacionais: funções e principais tipos (windows e linux)	107
3. Windows e linux (noções gerais). área de trabalho, ícones e menus. gerenciamento de arquivos e pastas. configurações básicas do sistema. principais atalhos de teclado.....	107
4. Pacote office e libreoffice (uso básico): word/writer: formatação de textos, tabelas e impressão. excel/calc: fórmulas básicas (soma, média, máximo, mínimo). powerpoint/impress: criação de slides e apresentação de conteúdo	134
5. Internet e redes. conceitos de internet, intranet e redes locais. navegadores de internet e ferramentas de busca. segurança na internet (senhas seguras, antivírus, golpes virtuais).....	182
6. Uso de e-mail (envio, recebimento, anexos e organização).....	186
7. Segurança da informação: cuidados com senhas e dados pessoais. práticas para evitar vírus e ataques cibernéticos	190
8. Conceitos básicos da lei geral de proteção de dados (lgpd)	195

Legislação Municipal

1. Lei complementar nº 26, de 27 de junho de 2008 – estatuto dos servidores públicos do município de itapetininga	201
2. Lei orgânica do município de itapetininga, promulgada em 05 de abril de 1990	227

Conhecimentos Específicos Professor de Educação Básica

1. Conhecimentos pedagógicos: história da educação no brasil	265
2. Fundamentos filosóficos, sociológicos e psicológicos da educação.....	267
3. Psicologia da educação: principais teorias de aprendizagem (piaget, vygotsky, wallon, ausubel, paulo freire).....	273
4. Desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da criança e do adolescente	277
5. Educação inclusiva e educação especial: legislação e práticas pedagógicas.....	278
6. Avaliação da aprendizagem: diagnóstica, formativa e somativa.....	285
7. Planejamento educacional: anual, de unidade, de aula	286
8. Relação família–escola–comunidade	288
9. Didática e metodologia de ensino	293
10. Didática: conceitos, funções e importância. métodos e técnicas de ensino-aprendizagem.....	294
11. Planejamento de aula: objetivos, conteúdos, métodos, recursos e avaliação.....	296
12. Recursos didáticos e uso de tecnologias da informação e comunicação (tics)	300
13. Ensino por projetos e interdisciplinaridade	301
14. Práticas de leitura, escrita e letramento	303
15. Elaboração de planos de aula e planos de ensino	304
16. Instrumentos e técnicas de avaliação escolar	310
17. Avaliação contínua e diagnóstica	317
18. Intervenção pedagógica frente às dificuldades de aprendizagem	318
19. Prática reflexiva e autoavaliação docente.....	319

ÍNDICE

20. Gestão da sala de aula: disciplina, motivação e mediação de conflitos.....	320
21. Bncc. campos de experiências	322
22. Função social da escola.....	328
23. Educação em direitos humanos	329
24. Legislação educacional brasil. 4.1. constituição da república federativa do brasil (1988). (artigos 5º, 6º; 205 ao 214).....	332
25. Lei de diretrizes e bases da educação nacional (Ldb): a lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional	340
26. Lei federal n.º 8.069, de 13/07/1990 – dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências....	359
27. Lei complementar nº 3, de 10 de dezembro de 1998, conforme alterações procedidas pela lei complementar nº 21, de 5 de outubro de 2007– estatuto do magistério municipal de itapetininga.....	399
28. Resolução nº 1, de 17 de junho 2004, institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana	407
29. Lei nº 11.645, de 10/03/2008- altera a lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira e indígena”	408
30. Conhecimentos pedagógicos e inclusão princípios da educação inclusiva: entender os fundamentos da inclusão e a importância de eliminar barreiras	409
31. Didática, planejamento e avaliação currículo e planejamento: aprender a adaptar o currículo, a planejar as aulas e a desenvolver projetos político-pedagógicos (ppps) inclusivos	409

LÍNGUA PORTUGUESA

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO (COMPREENSÃO GERAL DO TEXTO; PONTO DE VISTA OU IDEIA CENTRAL DEFENDIDA PELO AUTOR)

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

COMPREENSÃO DE TEXTOS

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos:

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Alternativa A – Correta: A inclusão social está garantida na Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos que tratam dos direitos fundamentais e da educação (art. 205 e art. 206), bem como na garantia de acesso à educação para pessoas com deficiência (art. 208, III).

Alternativa B – Incorreta: O complemento “mais ou menos severas” refere-se às deficiências mencionadas no texto, e não às leis. Assim, a afirmação de que “as leis podem ser mais ou menos severas” não tem respaldo no trecho fornecido.

Alternativa C – Correta: O direito à educação é universal, ou seja, abrange todas as pessoas, incluindo aquelas com ou sem deficiência. Isso está de acordo com o trecho apresentado.

Alternativa D – Correta: O texto menciona explicitamente a inclusão de pessoas com deficiências permanentes ou temporárias, confirmando a afirmação.

Alternativa E – Correta: A expressão “educação para todos” inclui também as pessoas com deficiência, o que está claramente expresso no texto.

Resposta: Letra B.

IDEIA CENTRAL: DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS

A ideia central, também conhecida como tópico frasal ou tese, é a mensagem principal que o autor deseja transmitir em um parágrafo ou em um texto completo. Trata-se da essência do conteúdo, aquilo que dá unidade ao texto e ao redor do qual as demais informações se organizam.

Em termos didáticos, é possível afirmar que a ideia central responde à pergunta: “Do que se trata este texto?” ou “Qual é o ponto principal que o autor quer comunicar?”.

► Definição da ideia central

A ideia central pode ser entendida como:

- A proposição principal de um texto;
- Um resumo conciso do tema abordado, contendo a posição do autor ou a informação mais relevante;
- A base argumentativa ou informativa em torno da qual se estruturam as demais ideias.

Ela pode estar expressa de forma explícita (normalmente no início ou fim de um parágrafo ou texto) ou de forma implícita, quando o autor não a formula diretamente, mas a constrói por meio de pistas linguísticas e desenvolvimento temático.

► Características da ideia central

A seguir, destacam-se as principais características da ideia central:

- **Generalidade:** A ideia central é, por natureza, mais ampla e genérica do que as demais. Enquanto as ideias periféricas detalham, exemplificam ou explicam, a central sintetiza.
- **Unificadora:** Ela dá coesão ao texto, funcionando como um eixo ao redor do qual todas as outras ideias se articulam. Toda informação relevante no texto tem relação direta com a ideia central.
- **Essencialidade:** A retirada da ideia central compromete a compreensão global do texto. Ela é indispensável para que o leitor entenda o que está sendo comunicado.
- **Objetividade:** Mesmo em textos literários ou subjetivos, a ideia central deve apresentar clareza, ainda que venha embutida em metáforas ou recursos estilísticos. Em textos dissertativos ou expositivos, essa objetividade é ainda mais exigida.
- **Relevância:** A ideia central é sempre a informação mais importante para a finalidade do texto. Não é um detalhe, nem uma explicação auxiliar, mas sim o núcleo da mensagem.

► Posição da ideia central no texto

Em parágrafos e textos curtos, como os cobrados em provas de concurso, a ideia central costuma estar:

- No início, funcionando como uma introdução;
- No final, como uma conclusão ou síntese;

- No meio, seguida ou precedida por argumentos ou explicações;
- Ou ainda implícita, exigindo interpretação a partir do conjunto do texto.

► Importância da ideia central na compreensão textual

Saber identificar a ideia central é essencial para:

- Compreender textos com eficiência, especialmente sob tempo limitado;
- Responder a questões de interpretação, como as que perguntam “o objetivo do texto é...” ou “a ideia principal do texto é...”;
- Elaborar resumos, pois a ideia central deve sempre estar presente;
- Escrever redações, já que todo parágrafo precisa ter uma ideia central clara.

ARGUMENTAÇÃO

Argumentação é um recurso expressivo da linguagem empregado nas produções textuais que objetivam estimular as reflexões críticas e o diálogo, a partir de um grupo de proposições.

A elaboração de um texto argumentativo requer coerência e coesão, ou seja, clareza de ideia e o emprego adequado das normas gramaticais. Desse modo, a ação de argumentar promove a potencialização das capacidades intelectuais, visto que contém expressão de ideias e pontos de vista ordenados e estabelecidos com base em um tema específico, visando, especialmente, persuadir o receptor da mensagem.

É importante ressaltar que a argumentação compreende, além das produções textuais escritas, as propagandas publicitárias, os debates políticos, os discursos orais, entre outros.

Os tipos de argumentação

- **Argumentação de autoridade:** recorre-se a uma personalidade conhecida por sua atuação em uma determinada área ou a uma renomada instituição de pesquisa para enfatizar os conceitos influenciar a opinião do leitor. Por exemplo, recorrer ao parecer de um médico infectologista para prevenir as pessoas sobre os riscos de contrair o novo corona vírus.
- **Argumentação histórica:** recorre-se a acontecimentos e marcos da história que remetem ao assunto abordado. Exemplo: “A desigualdade social no Brasil nos remete às condutas racistas desempenhadas instituições e pela população desde o início do século XVI, conhecido como período escravista.”
- **Argumentação de exemplificação:** recorre a narrativas do cotidiano para chamar a atenção para um problema e, com isso, auxiliar na fundamentação de uma opinião a respeito. Exemplo: “Os casos de feminicídio e de agressões domésticas sofridas pelas mulheres no país são evidenciados pelos sucessivos episódios de violência vividos por Maria da Penha no período em que ela esteve casada com seu ex-esposo. Esses episódios motivaram a criação de uma lei que leva seu nome, e que visa à garantia da segurança das mulheres.”

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

CONJUNTOS NUMÉRICOS (NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS, IRRACIONAIS, REAIS E COMPLEXOS). OPERAÇÕES, PROPRIEDADES E APLICAÇÕES (SOMA, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO, POTENCIAÇÃO E RADICAÇÃO)

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves $\{\}$. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo: $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.

Conjunto dos Números Naturais ($\mathbb{N}$)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra $\mathbb{N}$ e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

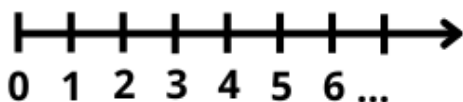
O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

$\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

$\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais pares.

$\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais ímpares.

$P = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição de Números Naturais

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração de Números Naturais

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação de Números Naturais

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

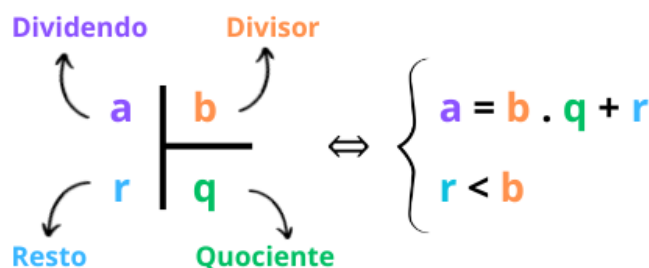
Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto.

▪ **3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes:** $3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15$. Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ".", para indicar a multiplicação).

Divisão de Números Naturais

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais em uma divisão de números naturais

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. $45 : 9 = 5$
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. $45 = 5 \times 9$
- A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q , então poderíamos escrever: $n \div 0 = q$ e isto significaria que: $n = 0 \times q = 0$ o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação dos números Naturais

Para todo a, b e c em $\mathbb{N}$

- 1) Associativa da adição: $(a + b) + c = a + (b + c)$
- 2) Comutativa da adição: $a + b = b + a$
- 3) Elemento neutro da adição: $a + 0 = a$
- 4) Associativa da multiplicação: $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$
- 5) Comutativa da multiplicação: $a \cdot b = b \cdot a$
- 6) Elemento neutro da multiplicação: $a \cdot 1 = a$
- 7) Distributiva da multiplicação relativamente à adição: $a \cdot (b + c) = ab + ac$
- 8) Distributiva da multiplicação relativamente à subtração: $a \cdot (b - c) = ab - ac$
- 9) Fechamento: tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplos:

1. Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema. Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.
- (B) 3 828.
- (C) 4 093.
- (D) 4 167.
- (E) 4 256.

Solução:

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6):
 $5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2$.

Isto significa que saíram 833. $5 = 4165$ calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão.

Assim, são 4167 calendários perfeitos.

Resposta: D.

2. João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1ª Zona Eleitoral	2ª Zona Eleitoral
João	1750	2245
Maria	850	2320
Nulos	150	217
Branços	18	25
Abstenções	183	175

- (A) 3995
- (B) 7165
- (C) 7532
- (D) 7575
- (E) 7933

Solução:

Vamos somar a 1ª Zona: $1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951$

2ª Zona: $2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982$

Somando os dois: $2951 + 4982 = 7933$

Resposta: E.

3. Uma escola organizou um concurso de redação com a participação de 450 alunos. Cada aluno que participou recebeu um lápis e uma caneta. Sabendo que cada caixa de lápis contém 30 unidades e cada caixa de canetas contém 25 unidades, quantas caixas de lápis e de canetas foram necessárias para atender todos os alunos?

- (A) 15 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (B) 16 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (C) 15 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (D) 16 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (E) 17 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.

Solução:

Número de lápis: 450. Dividindo pelo número de lápis por caixa: $450 \div 30 = 15$

Número de canetas: 450. Dividindo pelo número de canetas por caixa: $450 \div 25 = 18$.

Resposta: A.

4. Em uma sala de aula com 32 alunos, todos participaram de uma brincadeira em que formaram grupos de 6 pessoas. No final, sobrou uma quantidade de alunos que não conseguiram formar um grupo completo. Quantos alunos ficaram sem grupo completo?

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

INFORMÁTICA

CONCEITOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA: HARDWARE E SOFTWARE: DIFERENÇAS E EXEMPLOS. COMPONENTES DO COMPUTADOR (CPU, MEMÓRIA, HD, SSD, PLACA-MÃE, ETC.). DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA (TECLADO, MOUSE, MONITOR, IMPRESSORA, ETC.)

Hardware

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

Gabinete

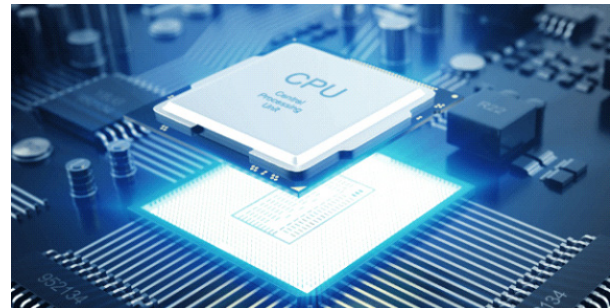
Também conhecido como torre ou caixa, é a estrutura que abriga os componentes principais de um computador, como a placa-mãe, processador, memória RAM, e outros dispositivos internos. Serve para proteger e organizar esses componentes, além de facilitar a ventilação.



Gabinete

Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.



CPU

Cooler

Quando cada parte de um computador realiza uma tarefa, elas usam eletricidade. Essa eletricidade usada tem como uma consequência a geração de calor, que deve ser dissipado para que o computador continue funcionando sem problemas e sem engasgos no desempenho. Os coolers e ventoinhas são responsáveis por promover uma circulação de ar dentro da case do CPU. Essa circulação de ar provoca uma troca de temperatura entre o processador e o ar que ali está passando. Essa troca de temperatura provoca o resfriamento dos componentes do computador, mantendo seu funcionamento intacto e prolongando a vida útil das peças.



Cooler

Placa-mãe

Se o CPU é o cérebro de um computador, a placa-mãe é o esqueleto. A placa mãe é responsável por organizar a distribuição dos cálculos para o CPU, conectando todos os outros componentes externos e internos ao processador. Ela também é responsável por enviar os resultados dos cálculos para seus devidos destinos. Uma placa mãe pode ser on-board, ou seja, com componentes como placas de som e placas de vídeo fazendo parte da própria placa mãe, ou off-board, com todos os componentes sendo conectados a ela.



Placa-mãe

Fonte

A fonte de alimentação é o componente que fornece energia elétrica para o computador. Ela converte a corrente alternada (AC) da tomada em corrente contínua (DC) que pode ser usada pelos componentes internos do computador.



Fonte

Placas de vídeo

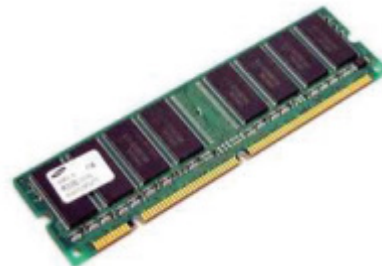
São dispositivos responsáveis por renderizar as imagens para serem exibidas no monitor. Elas processam dados gráficos e os convertem em sinais visuais, sendo essenciais para jogos, edição de vídeo e outras aplicações gráficas intensivas.



Placa de vídeo

Memória RAM

Random Access Memory ou Memória de Acesso Randômico é uma memória volátil e rápida que armazena temporariamente os dados dos programas que estão em execução no computador. Ela perde o conteúdo quando o computador é desligado.



Memória RAM

Memória ROM

Read Only Memory ou Memória Somente de Leitura é uma memória não volátil que armazena permanentemente as instruções básicas para o funcionamento do computador, como o BIOS (Basic Input/Output System ou Sistema Básico de Entrada/Saída). Ela não perde o conteúdo quando o computador é desligado.

Memória cache

Esta é uma memória muito rápida e pequena que armazena temporariamente os dados mais usados pelo processador, para acelerar o seu desempenho. Ela pode ser interna (dentro do processador) ou externa (entre o processador e a memória RAM).

Barramentos

Os barramentos são componentes críticos em computadores que facilitam a comunicação entre diferentes partes do sistema, como a CPU, a memória e os dispositivos periféricos. Eles são canais de comunicação que suportam a transferência de dados. Existem vários tipos de barramentos, incluindo:

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 26, DE 27 DE JUNHO DE 2008 – ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPETININGA

LEI COMPLEMENTAR Nº 26, DE 27 DE JUNHO DE 2008

Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Itapetininga.

Roberto Ramalho Tavares, Prefeito do Município de Itapetininga, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei Complementar institui o Estatuto dos funcionários Públicos do Município de Itapetininga, suas autarquias e fundações, e, inclusive da Câmara Municipal de Itapetininga.

Art. 2º Para os efeitos deste Estatuto, funcionário é a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 3º Cargo Público é o conjunto de deveres, atribuições e responsabilidades cometidas ao funcionário.

Art. 4º Aos cargos públicos, obrigatoriamente criados por lei complementar, com denominação própria e em número certo, corresponderão os valores de seus vencimentos representados por referências numéricas ou símbolos.

Art. 5º Os cargos são de carreira ou isolados.

§ 1º São cargos de carreira os que se integram em classes e correspondem a uma profissão ou atividade.

§ 2º São cargos isolados os que não se podem integrar em classes e correspondem a uma e determinada função.

§ 3º Os cargos de carreira são de provimento efetivo; os isolados são de provimento efetivo ou em comissão, segundo o que for determinado por lei complementar.

Art. 6º Classe é o agrupamento de cargos de idêntica denominação, com o mesmo conjunto de atribuições e responsabilidades e de igual padrão de vencimento.

§ 1º As atribuições e responsabilidades relativas a cada classe e a cada cargo isolado, serão especificadas em regulamento, que incluirá as seguintes indicações: denominação, código, descrição sintética, exemplos típicos de tarefas, escolaridade ou qualificação mínima e, se for o caso, requisitos legais.

§ 2º Respeitada essa regulamentação, as atribuições inerentes a uma carreira podem ser cometidas, indistintamente, aos funcionários de suas diferentes classes.

§ 3º É vedado confiar ao funcionário, encargos ou serviços diferentes dos próprios de sua carreira ou cargo, ressalvadas as comissões legais e designações especiais de atribuições do Prefeito, bem como a readaptação no serviço público municipal do funcionário que perdeu parte de suas aptidões físicas ou mentais em decorrência de doença ou acidente.

Art. 7º Carreira é um conjunto de classes da mesma profissão ou atividade, ordenadas de acordo com os padrões de vencimento e com denominação própria, observados o nível da complexidade e o grau de responsabilidade.

Art. 8º Quadro é o conjunto de carreiras e cargos isolados.

Art. 9º Não haverá equivalência entre as diferentes carreiras quanto às suas atribuições funcionais.

TÍTULO II PROVIMENTO E VACÂNCIA

CAPÍTULO I DO PROVIMENTO

Art. 10. O provimento corresponde a uma série de atos para investir uma pessoa em cargo público.

Parágrafo único. Os cargos públicos municipais serão providos por:

- I - nomeação;
- II - reintegração;
- III - readaptação;
- IV - aproveitamento;
- V - reversão;
- VI - recondução; e
- VII - promoção.

Art. 11. São requisitos para provimento efetivo de cargo público municipal:

- I - ser brasileiro;
- II - haver completado 18 anos de idade;
- III - estar em gozo dos direitos políticos;
- IV - ter bom procedimento;
- V - gozar de boa saúde e não ter defeito físico incompatível com o exercício do cargo, comprovado mediante perícia médica e exames médicos exigidos em regulamento;
- VI - estar profissionalmente apto para o exercício do cargo, com a habilitação exigida para o desempenho de suas atribuições;
- VII - atender as condições especiais prescritas para determinados cargos ou carreiras;
- VIII - estar quites com as obrigações militares; e
- IX - haver sido habilitado em concurso público municipal de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as exceções previstas em lei.

§ 1º A prova das condições a que se referem os itens I, II, III e IX, deste artigo, será exigida apenas nos casos do item I do art. 10.

§ 2º A comprovação dos requisitos exigidos no item V, deste artigo, será feita mediante inspeção médica efetuada pelos órgãos municipais competentes, ou na sua falta, por qualquer médico habilitado.

Art. 12. O provimento dos cargos públicos da Prefeitura e da Câmara Municipal, respectivamente, é de competência privativa do Prefeito e do Presidente da Câmara Municipal.

Parágrafo único. O provimento dos cargos públicos far-se-á mediante portaria, que deverá conter necessariamente, as seguintes indicações, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem der posse:

I - o cargo vago, com todos os elementos de identificação, o motivo da vacância e o nome do ex-ocupante, se ocorrer a hipótese em que possam ser atendidos estes últimos elementos;

II - o caráter da investidura;

III - o fundamento legal bem como o padrão de vencimentos do cargo;

IV - a indicação de que o exercício do cargo se fará cumulativamente com outro cargo municipal, quando for o caso.

Art. 13. Havendo igualdade de condições entre os candidatos ao provimento de cargo público do Município, por nomeação, mediante concurso, será dada preferência na ordem seguinte:

I - aos que a ela fizerem jus, por força de expressa determinação legal;

II - aos que apresentarem maior número de pontos atribuídos em virtude dos títulos que possuem.

SEÇÃO I DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 14. A nomeação, para cargo que deva ser provido em caráter efetivo, depende de habilitação prévia em concurso público de provas, ou de provas e títulos, respeitada a ordem de classificação dos candidatos aprovados e vedadas quaisquer vantagens entre os concorrentes.

Parágrafo único. Os cargos de provimento em comissão, declarados em lei complementar, são de livre nomeação e exoneração.

Art. 15. As normas gerais para a realização de concursos e para a convocação e indicação dos candidatos serão estabelecidas em regulamento.

§ 1º Além das normas gerais, os concursos serão regidos por instruções especiais, que deverão ser expedidas pelo órgão competente, com ampla publicidade.

§ 2º O planejamento e a execução dos concursos deverão ser centralizados em um só órgão.

Art. 16. A lei determinará:

I - as carreiras em que o ingresso dependa de curso de especialização;

II - as carreiras cujas atribuições, além de outras exigências legais ou regulamentares somente possam ser exercidas pelos portadores de certificado de conclusão de curso de ensino médio, de ensino fundamental, complementar, profissional, ou de curso superior, expedido por instituto de ensino oficial ou oficialmente reconhecido;

III - As condições que, em cada caso, devam ser preenchidas para o provimento dos cargos isolados.

Art. 17. Para a inscrição de candidatos a concurso público não serão feitas quaisquer outras exigências além da apresentação de cópia autenticada de documento de identidade.

§ 1º Os requisitos a que se referem os incisos I a VIII do art. 11 só serão exigidos depois da realização do concurso e antes da nomeação dos candidatos aprovados.

§ 2º Encerradas as inscrições para o concurso à investidura em qualquer cargo, não se abrirão novas antes de sua realização.

Art. 18. O edital de concurso público deverá conter obrigatoriamente:

I - indicação do tipo de concurso: de provas ou de provas e títulos;

II - indicação das condições necessárias ao preenchimento do cargo, de acordo com as exigências legais;

III - diplomas necessários ao desempenho das atribuições do cargo;

IV - necessidade ou não de inscrição no órgão de classe respectivo;

V - jornada de trabalho exigida do funcionário;

VI - número de cargos vagos a serem preenchidos;

VII - padrão de vencimento e as vantagens previstas neste Estatuto;

VIII - capacidade física para o desempenho das atribuições do cargo;

IX - idade máxima a ser fixada de acordo com a natureza das atribuições do cargo; e

X - informação de que o funcionário ficará sujeito ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município, indicando a legislação que o regula.

§ 1º O edital poderá exigir um tempo mínimo de experiência profissional relacionada com a área de atuação, para o provimento de cargos técnicos e daqueles para cujo exercício se exige curso de ensino de nível superior e inscrição no respectivo órgão de classe.

§ 2º A aprovação em concurso público não confere, ao cidadão aprovado, o direito de ser provido no cargo dentro do prazo de validade do concurso.

Art. 19. Os concursos serão julgados por comissão em que pelo menos um dos membros seja estranho ao serviço público municipal.

Parágrafo único. Os concursos serão coordenados por comissão específica definida por portaria do Prefeito Municipal, composta por funcionários públicos municipais efetivos. (Incluído pela Lei Complementar nº 48, de 2012)

Art. 20. O prazo de validade dos concursos será fixado nas instruções especiais, até o máximo de 2 anos, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da Administração.

Art. 21. O concurso deverá estar homologado pelo Prefeito ou Presidente da Câmara, dentro de 90 dias, a contar do encerramento das inscrições.

SEÇÃO II DA NOMEAÇÃO

Art. 22. A nomeação será feita:

I - em caráter efetivo, quando tratar de cargo de carreira ou isolado, de provimento efetivo;

II - em comissão, quando se tratar de cargo isolado de livre nomeação e exoneração que, em virtude de lei complementar, assim deva ser provido.

§ 1º Os cargos em comissão destinam-se, exclusivamente, às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor de Educação Básica

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

EDUCAÇÃO NO BRASIL: DA COLÔNIA AOS DIAS ATUAIS

A história da educação no Brasil reflete as transformações políticas, sociais e econômicas que o país vivenciou desde o período colonial. A educação brasileira passou por diversas fases, desde a catequização promovida pelos jesuítas até a expansão da educação pública e a busca por uma educação democrática e inclusiva no século XXI. Esse processo é marcado por avanços e desafios, incluindo a democratização do acesso, a construção de um sistema educacional nacional e a valorização dos direitos educacionais.

► Período Colonial (1500-1822)

No período colonial, a educação no Brasil era orientada pela missão de catequização e formação da elite colonial, realizada majoritariamente pelos jesuítas. O ensino era limitado e profundamente influenciado pela Igreja Católica, com o objetivo principal de consolidar a fé cristã e a cultura europeia.

- **Ação Jesuítica:** Os jesuítas chegaram ao Brasil em 1549 e, sob o comando de Manuel da Nóbrega, fundaram as primeiras escolas de catequese. Seu objetivo era converter e educar os indígenas, promovendo a cultura e os valores europeus. Os jesuítas fundaram colégios em diversas regiões e educavam tanto os filhos da elite quanto os indígenas, embora com currículos e métodos diferenciados.

- **Ensino Rígido e Religioso:** A educação jesuítica era baseada nos valores religiosos e no ensino da moral cristã, com métodos rígidos de ensino e disciplinamento. As aulas incluíam gramática, latim e rudimentos de teologia, principalmente para os filhos dos colonizadores.

- **Expulsão dos Jesuítas:** Em 1759, o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas do Brasil e de outras colônias portuguesas, criando um vácuo educacional que o governo português tentou preencher com a implementação de escolas régias. No entanto, o desenvolvimento dessas escolas foi lento e limitado, resultando em uma oferta educacional reduzida e de baixa qualidade.

A educação no período colonial era, portanto, limitada a um pequeno grupo e essencialmente voltada para a catequese e a formação dos futuros governantes locais.

► Período Imperial (1822-1889)

Com a independência do Brasil, em 1822, surgiram as primeiras tentativas de organizar um sistema educacional nacional. No entanto, o ensino era elitista e restrito a poucas regiões, e o analfabetismo era generalizado.

- **Primeiras Iniciativas Educacionais:** A Constituição de 1824 mencionava a importância da instrução primária gratuita, mas na prática, a educação continuava elitista e concentrada nas áreas urbanas. O ensino secundário e superior atendia a uma minoria e era voltado para a formação de profissionais liberais e funcionários públicos.

- **Ensino Superior:** Durante o Império, surgiram as primeiras instituições de ensino superior, como as faculdades de Direito em Olinda e São Paulo. O ensino superior brasileiro, contudo, era voltado para uma pequena elite, sem caráter científico ou industrial.

- **Iniciativas de Expansão:** O governo imperial tentou expandir o acesso ao ensino primário, mas as dificuldades financeiras, a precariedade das escolas e a falta de professores qualificados limitaram esses esforços. Em 1854, o regulamento Couto Ferraz propôs a regulamentação da educação primária, estabelecendo normas e objetivos para o ensino básico.

Apesar dessas tentativas, o acesso à educação continuava restrito a uma pequena parcela da população, enquanto o analfabetismo permanecia alto, sobretudo entre as populações rurais e marginalizadas.

► Primeira República (1889-1930)

A Primeira República marcou um período de reformas educacionais, embora a educação permanecesse descentralizada e fragmentada. O ensino ainda era responsabilidade dos estados, e o analfabetismo continuava elevado.

- **Reformas Educacionais:** Inspirado por movimentos educacionais internacionais, o governo brasileiro iniciou algumas reformas para modernizar a educação. No entanto, a educação era uma responsabilidade estadual, resultando em uma grande disparidade entre as regiões.

- **Movimento dos Pioneiros da Educação Nova:** Na década de 1920, educadores como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo defenderam uma educação mais democrática e progressista, inspirada nos princípios da Escola Nova. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932, exigia uma educação pública, laica e universal, além de reformas profundas no currículo.

▪ **Desafios Regionais e Sociais:** A maioria da população brasileira ainda vivia no campo, e o acesso à educação era restrito a zonas urbanas. As desigualdades regionais dificultavam a criação de um sistema educacional coeso e amplo.

Esse período consolidou a ideia de uma educação mais inclusiva, embora ainda estivesse distante da realidade para a maioria da população.

► **Era Vargas e a Consolidação do Sistema Educacional (1930-1964)**

O governo de Getúlio Vargas trouxe importantes reformas para a educação, visando fortalecer o Estado e preparar o país para a modernização econômica. As primeiras leis nacionais de educação foram estabelecidas nesse período.

▪ **Criação do Ministério da Educação:** Em 1930, Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde Pública, centralizando as políticas educacionais e permitindo maior controle do governo federal sobre o sistema de ensino.

▪ **Educação Profissional e Industrial:** A partir da década de 1940, o governo começou a investir em educação profissional e técnica, visando atender à demanda da indústria em expansão. Instituições como o SENAI e o SENAC foram fundadas para oferecer formação em áreas específicas.

▪ **Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB):** A primeira LDB foi sancionada em 1961 e estabeleceu normas gerais para a organização da educação nacional. Ela determinou os princípios e diretrizes que norteavam a educação básica e o ensino superior.

A educação passou a ser vista como um elemento estratégico para o desenvolvimento do país, e o Estado assumiu um papel mais ativo na formulação de políticas educacionais.

► **Ditadura Militar e Reestruturação Educacional (1964-1985)**

Durante o regime militar, a educação brasileira foi reorganizada, e novas políticas foram adotadas, enfatizando a formação técnica e profissional. A censura e a repressão política também afetaram o ambiente educacional.

▪ **LDB de 1971:** A reforma educacional de 1971 reestruturou o ensino básico, enfatizando a educação profissionalizante. O currículo escolar passou a incluir disciplinas voltadas para a formação técnica, em resposta à necessidade de trabalhadores qualificados para a indústria.

▪ **Expansão do Ensino Básico e Técnico:** O regime militar ampliou o acesso ao ensino fundamental e ao ensino técnico, embora a qualidade educacional fosse desigual. Muitas escolas careciam de estrutura e recursos.

▪ **Controle e Censura:** A ditadura militar exercia controle sobre os conteúdos ensinados nas escolas, e temas considerados subversivos, como sociologia e filosofia, foram retirados do currículo.

Apesar de algumas melhorias na expansão do ensino básico, a educação durante a ditadura militar foi marcada por limitações pedagógicas e um forte controle ideológico.

► **Redemocratização e a Constituição de 1988**

Com a redemocratização, o Brasil passou a investir em políticas educacionais que refletissem os princípios democráticos, garantindo o direito à educação para todos os cidadãos.

▪ **Educação como Direito Constitucional:** A Constituição de 1988 estabeleceu que a educação é um direito fundamental e responsabilidade do Estado, reafirmando a necessidade de um sistema educacional gratuito e de qualidade.

▪ **LDB de 1996:** A nova LDB regulamentou o sistema educacional brasileiro, estabelecendo diretrizes para a educação básica, ensino médio e superior. A LDB de 1996 promoveu maior autonomia pedagógica e institucional, incentivando métodos inovadores e respeitando as especificidades regionais.

▪ **Plano Nacional de Educação (PNE):** O PNE, estabelecido em 2001 e renovado em 2014, fixou metas para a educação brasileira, incluindo a universalização do ensino básico, a valorização dos professores e a melhoria da qualidade do ensino.

Essas reformas visavam democratizar o acesso à educação e melhorar a qualidade do ensino, adequando-o às demandas de uma sociedade mais plural e participativa.

► **Desafios e Perspectivas Atuais**

A educação brasileira enfrenta desafios significativos no século XXI, como a desigualdade de acesso, a inclusão digital e a necessidade de formação para o mundo do trabalho.

▪ **Desigualdade e Qualidade:** A desigualdade regional e social ainda limita o acesso à educação de qualidade. Problemas como a evasão escolar, o analfabetismo funcional e a exclusão de populações indígenas e quilombolas exigem políticas específicas e investimentos.

▪ **Educação e Tecnologia:** A pandemia de COVID-19 acelerou a implementação de tecnologias educacionais, mas também revelou a exclusão digital. A formação digital é essencial para garantir a inclusão e preparar os alunos para o futuro.

▪ **Valorização dos Professores:** A valorização dos profissionais da educação, incluindo a remuneração adequada e a formação continuada, é um desafio central para a melhoria da qualidade educacional no Brasil.

A história da educação no Brasil reflete a luta por uma educação inclusiva, democrática e de qualidade, essencial para o desenvolvimento social e econômico do país. Desde a catequização até as modernas políticas de inclusão, a educação no Brasil passou por transformações profundas, mas ainda enfrenta desafios significativos para atender à diversidade e complexidade da sociedade contemporânea.